

V Encontros Cidadania e Responsabilidade Socio Ambiental

“Política, Cidadania e História”

10 de fevereiro de 2016



Formando: Sílvia Margarida Cascão de Oliveira

Escola: Instituto Pedro Hispano

“Política, Cidadania e História”

A escolha da comunicação “Política, Cidadania e História” proferida pelo Professor Doutor Luís Reis Torgal, prende-se com duas razões. Primeiro, porque sinto uma admiração profunda por este excelente comunicador e professor, que “respira História”, a mais bela ciência de todos os tempos e, segundo, porque sou professora de História e, portanto, este foi o tema que mais me cativou e fascinou. Apesar de ter gostado muito, também, das outras comunicações e estas terem enriquecido, fortemente, o meu Currículo, preferi esta. Mas, desde já o meu agradecimento a toda a Organização destes V Encontros Cidadania e Responsabilidade Socio Ambiental por todo o conhecimento e convívio que nos proporcionaram.

O que é a História? Do grego *historía*, que significa pesquisa, conhecimento advindo da investigação, esta é a ciência que estuda a ação do Homem no tempo e no espaço. E escrever sobre a História não é, também, uma ação do homem no tempo e no espaço? Parece-me que sim, pois ambas tratam-se de ações culturais e, por isso, hoje fala-se muito em cultura histórica e esta é muito vasta. A História foi-se impondo pouco a pouco e a palavra está ligada ao ver e saber, pois em tempos remotos, dizia-se que era necessário “ver para saber”. De acordo com as palavras do Professor Doutor Luís Reis Torgal, a História é a ciência mais bem estruturada de todas as ciências sociais. É necessário um Historiador para estruturar as coisas.

Os Historiadores usam várias fontes de informação para construir a sucessão de processos históricos, como por exemplo, documentos escritos, gravações, achados arqueológicos, entre outros. Já Heródoto, considerado o “Pai da História”, garantia que as investigações mais credíveis eram as que decorriam da observação direta e não tanto das fontes ou mesmo das informações alheias. O Historiador tem que ter uma ligação com a verdade, este está perante a sua consciência, a ética e a responsabilidade. Os Historiadores têm que ter respeito pelo passado, porque este foi presente e futuro.

Para facilitar o estudo desta ciência social, a História encontra-se dividida em períodos históricos: Pré-História, Idade Antiga ou Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. O que leva à passagem de um determinado período para outro é sempre um acontecimento muito importante, que implique grandes mudanças ao nível político, económico, social e/ou cultural na sociedade.

Tal como, a Revolução Francesa (1789), que pôs fim à Idade Moderna e deu início à Idade Contemporânea. Esta revolução não teve apenas repercussões na História interna do próprio país. A sua mensagem – Liberdade, Igualdade e Fraternidade, ecoou um pouco por todo o Mundo, chegando, ainda que com ritmos diferentes, a todos os continentes. Vejamos, então, as principais alterações provocadas por aquela: respeito pela liberdade, derrube dos regimes

absolutistas e introdução da soberania popular, fim da sociedade de ordens e instituição da igualdade de todos os indivíduos perante a lei, consagração do direito de cidadania – o Homem passou a ser considerado um cidadão, com direitos e deveres próprios (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão), fim do regime de monopólio comercial, impondo-se a defesa da liberdade de comércio e livre concorrência e, por fim, derrube dos privilégios feudais e garantia do direito à posse de propriedade. Na atualidade, os princípios estabelecidos nas Constituições dos regimes democráticos foram inspirados nos ideais iluministas consagrados pela Revolução Francesa.

O tempo tem várias formas de expressão em relação às quais o Homem tem arranjado teorias para conseguir explicá-lo e domesticá-lo, visto que, este esvai-se, porque ele não é apreensível, ele cria esquecimento. Mas claro, há necessidade de recordar e antecipar e, prova disso é o facto de darmos por nós a questionar – De onde vivemos? Para onde vamos? Porque é que aqui estamos? Tratam-se de interrogações à cerca do sentido da História. O saber histórico é um pretexto contra o caráter amnésico e mortal que tem o tempo, isto é, escrevemos coisas que aconteceram para que não sejam esquecidas. Mas, que raio é o tempo? O tempo é o fundamento da historicidade das coisas, pois estas nascem, crescem e morrem. O tempo é um fluxo. E o esquecimento, o que é? Nada mais, nada menos que a corrupção do tempo.

Na opinião do Professor Doutor Fernando José de Almeida Catroga, os gregos tinham consciência da irreversibilidade do tempo, o cosmo voltar-se-ia a repetir, mas com protagonistas diferentes. Durante a Antiguidade Clássica, predominou a conceção cíclica do tempo, ou seja, não há ideia do fim da História, só o fim daquela determinada estória. O tempo é infinito. Regresso a um ponto de partida. A História como uma coleção de exemplos que servem à prudência dos homens, ou seja, a possibilidade de se aprender com o passado, ou explicando por outras palavras, os acontecimentos passados serviriam como guias para os homens no presente e no futuro. Já Francis Bacon, político filósofo e ensaísta inglês, o dizia “saber para prever, prever para prover”, basicamente, fazer da História uma ciência apta para prever o futuro social da espécie humana e dotá-la das melhores condições.

Quando chegamos à Idade Moderna, tornar-se necessário questionar: Porque é que a modernidade deu tanta visibilidade ao conceito de crise?! Ora, muito bem, esta palavra apareceu ligada à medicina e adequa-se a uma representação do tempo histórico de caráter cíclico. Para os homens modernos, o presente era melhor que o passado, mas este tinha que entrar em crise para fazer surgir o novo (futuro). A ideia de crise é regeneradora. A crise é, também, mestre da vida, assim como, a História. Esta palavra ainda está ligada à medicina, mas ocorreu uma inflação da sua aplicabilidade. A crise é um sintoma de desfasamento, onde o novo já chegou, mas ninguém tende a senti-lo. Esta tende a ser encarada como uma forma de transformação do

mundo, logo as palavras crise e revolução são indissociáveis. Para Karl Marx, filósofo, sociólogo, jornalista e revolucionário socialista, “o presente está sempre em crise”.

Na minha opinião, a História é, realmente, *magistra vitae*, porque permite comparar o que aconteceu e o que está a acontecer (ser mestre é aprender com ela), pode ser uma boa lição se nós acreditamos que a História tende a repetir-se e a História mestre da vida é um preceito que se aplica bem à visão judaico-cristã, porque é uma preparação para a morte. Todavia, hoje em dia, o preceito “História Mestre da Vida” tem dificuldade em enraizar a sua credibilidade prognóstica como noutras épocas, pois alguns defendem que não há como extrair lições do passado, pois ele é diferente do presente, que, por sua vez será distinto do futuro.

Mas, a verdade é que temos, cada vez mais, uma História em espiral. A História é uma espiral que vai passando por momentos autênticos, os progressos que existam não escondem os grandes dramas. Ao olharmos para a crise atual, e não me refiro à crise económica, mas sim à crise de valores, esta deve-se ao reaparecimento de concepções religiosas (exemplo: o Estado Islâmico).

Nos anos 30, há uma consciência clara de crise, não só económica (1929), mas também cultural profunda. Joaquim de Carvalho, Professor Doutor de Filosofia, em 1933, escreveu um texto intitulado “Reflexão outonal sobre a universidade de todo o ano”, onde faz referência à carência de tempo livre por parte do Professor, este anda sempre de um lado para o outro, não tem tempo livre, não se consegue focar no essencial. Ao ler aquele texto, pareceu-me tratar-se de um assunto, ainda, bastante atual. Todavia, nós professores não nos devemos centrar somente nas aulas, é preciso ler, pesquisar, investigar, dar conhecimento ao Mundo. Crise significa afastar-nos, um doente que está em crise tanto pode caminhar para a vida ou para a morte. O ensino está em crise, mas devemos fazer algo para salvá-lo e afastá-lo do abismo e, por conseguinte, da morte! Ainda assim, recordo que há pouco tempo, li uma notícia do Jornal Público que fazia referência ao facto de 1/3 dos professores estarem em situação de *stress*. E porquê? Porque os professores dão, cada vez mais, aulas, têm, cada vez mais, burocracia, reuniões inventadas só porque sim e, depois, temos do outro lado da mesa, na mesma sala, a maioria dos alunos que sabe que não tem emprego depois da Licenciatura terminar. Que país é este? Que História é esta? Que Política é esta? Onde está a Cidadania?

O que é a Política? Do grego *politikos*, significa de, para, ou relacionado a grupos que integram a Pólis, política é a arte ou ciência da organização, direção ou administração de nações ou Estados. Esta palavra tem origem nos tempos em que os gregos estavam organizados em “cidades-estado” chamadas Pólis. Cada Pólis podia abranger mais do que uma cidade e constituía um Estado independente, com governo, leis, moeda, unidades de pesos e medidas

próprios e com um calendário religioso e uma divindade protetora também próprios, adorando, no entanto, os deuses comuns a todo o mundo helénico.

O que é a Cidadania? Este conceito tem origem na Grécia Antiga, sendo usado então para designar os direitos relativos ao cidadão, ou seja, o Homem que possuía o direito de participar no governo e na administração da Pólis. Para se ser cidadão em Atenas, no séc. V a.C., era necessário ter nascido livre, ser filho de pai e mãe atenienses e ser do sexo masculino. Aos dezoito anos, adquiria-se a maioridade legal, idade em que se podia iniciar o serviço militar e a participação na vida política. Os cidadãos eram, também, os únicos que possuíam terras. Alguns dedicavam-se ao artesanato e ao comércio. Porém, ao longo do tempo, o conceito de cidadania foi ampliado, passando a englobar um conjunto de valores sociais que determinam o conjunto de deveres e direitos de um cidadão. Em Portugal, os direitos e os deveres dos cidadãos são regulados pela Constituição Portuguesa de 1976, com Revisão Constitucional de 2005.

Os conceitos Política e Cidadania têm diversos pontos em comum, a título de exemplo, ambos estão ligados à palavra Pólis, mas também, aos movimentos liberais, como foram os casos da Revolução Americana (que levará, em 1776, ao Congresso de Filadélfia), da Revolução Francesa de 1789 e da Revolução Portuguesa de 1820, pois todas elas nasceram a partir da reivindicação de direitos em vários campos.

Quanto à Revolução Americana, diante de uma nova realidade política, os representantes das colónias, que se mantiveram unidas na luta pela independência, reuniram em junho de 1777, com o objetivo de preparar o texto da Constituição americana. Este documento foi redigido por Thomas Jefferson e refletia os princípios do liberalismo defendido pela filosofia das *Luzes*. A aplicação desses princípios na Constituição fez-se através da criação de um Estado Federal, com autonomia administrativa, unidos sob o mesmo presidente, através da separação dos poderes executivo, legislativo e judicial e através da liberdade religiosa e de expressão. Em 1783, no Tratado de Versalhes, a Inglaterra reconheceu, finalmente, a independência das colónias inglesas da América do Norte.

No que diz respeito à Revolução Francesa, esta foi grandiosa, pois deu origem à Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão: Art. 1.º - Os Homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. Art. 3.º - O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na Nação. Nenhuma entidade ou indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente. Art. 11.º - A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do Homem.

Feita a Revolução Liberal de 1820 em Portugal, foi constituída a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, que preparou as eleições para os deputados às Cortes Constituintes, cuja função era a elaboração da primeira constituição portuguesa.

Simultaneamente, as Cortes Constituintes prepararam um conjunto de leis que derrubaram os alicerces do Antigo Regime português: aboliram os forais e outros direitos senhoriais, nacionalizaram os bens da Coroa, suprimiram o Tribunal do Santo Ofício (Inquisição), decretaram a liberdade de imprensa, amnistiaram os crimes políticos, defenderam o princípio da divisão dos poderes, a igualdade dos cidadãos perante a lei e o direito à propriedade, entre outras medidas.

As primeiras eleições organizadas pelo regime republicano tiveram lugar em 1911. Após a legitimação do governo, uma das primeiras medidas dos deputados foi a redação de um novo texto constitucional que refletisse os ideais dos republicanos, nomeadamente, ao nível da distribuição dos poderes e da definição do tipo de sufrágio – a Constituição de 1911. Quanto à soberania, a Carta Constitucional de 1826 concede-a ao rei, já a Constituição de 1911 à Nação. Quanto à distribuição do poder, a Carta Constitucional de 1826 estipula o poder moderador para o rei, o poder executivo para o rei e Governo, o poder legislativo para o Parlamento e o poder judicial para os Tribunais. Enquanto que a Constituição de 1911, determina que o poder executivo será entregue ao Presidente da República e Governo, o poder legislativo ao Parlamento e o poder judicial aos Tribunais. No que respeita ao acesso ao voto, a Carta Constitucional defende um sufrágio indireto e censitário e a Constituição de 1911 um sufrágio direto estendido aos chefes de família.

Logo nos primeiros anos de governação, uma das medidas, levadas a cabo pelos republicanos, foi a laicização do Estado (lei que estabelecia a separação do Igreja e do Estado), através da expulsão das ordens religiosas e nacionalização dos seus bens, a proibição do ensino religioso nas escolas públicas... Ora, a sociedade por natureza devia ser laica, mas a verdade é que tal não aparece nas nossas Constituições. Só, em 1911, é que desaparece a conceção religiosa na Constituição – o cemitério passou a ser um lugar laico, criação do registo civil obrigatório (nascimentos, casamentos e óbitos), pois até então estes registos eram feitos pelas paróquias, a universidade torna-se laica com a abolição dos juramentos religiosos feitos na mesma... A República teve um papel pertinente na lei da separação do Estado das Igrejas e não como se costuma dizer da Igreja. No entanto, como todos sabemos, na atualmente, a religião católica assume predominância, uma vez que, a Igreja continua a ser um fator influenciador em várias aspetos da sociedade civil. Contudo, a laicidade deveria ser um ponto fundamental da cidadania, devido a vários fatores, como por exemplo, o crescimento do Estado Islâmico.

Já que falamos em Cidadania e esta supõe ensino, a República introduziu a escolaridade obrigatória e gratuita entre os 7 e os 12 anos, criaram-se jardins-escola e novas escolas primárias, fundaram-se as Universidades de Lisboa e do Porto e foram realizadas reformas no ensino técnico. Viva a República!

Obviamente que foi o 25 de abril de 1974 que trouxe a cidadania. Pela primeira vez na Constituição de 1976 há a ideia de Partidos, da diversidade, de democracia económica, política, cultural e participativa. Porém, hoje em dia, já se fala numa democracia limitativa, devido às regras impostas pela União Europeia aos seus Estados-membros, incluindo Portugal.

Na realidade, a cidadania está a perder-se em muitos aspetos. Mas, há que realçar, que a Constituição de 1976 valoriza, pela primeira vez, o ambiente e a qualidade de vida, quando menciona, num dos seus artigos, a proteção das zonas históricas. No entanto, isto é negado no dia-a-dia em vários gestos protagonizados pelos ditos cidadãos, que têm direitos, mas também deveres e um deles é proteger o seu património, quer seja ele ambiental, histórico, material, imaterial. Ainda assim, a História está a começar a debruçar-se sobre o estudo do ambiente, nomeadamente, na Universidade do Porto. Mas, como sabemos, esta ciência social passa por um processo que não é retilíneo, isto é, enquanto que num lado há avanços, noutro há recuos. Refiro-me aos constantes ataques ao ambiente na América Latina, na Ásia, entre outras regiões.

Em conclusão, é importante explicar o passado a fim de se compreender o presente e se transformar o futuro. É necessário ler as Constituições e saber lê-las. Estas têm os direitos, os deveres, a divisão dos poderes, a organização administrativa de cada país, portanto, deveriam ser livros para termos nas mesinhas de cabeceira dos nossos quartos, para que não nos esqueçamos dos nossos deveres e direitos. Não há cidadania completa, se calhar até é uma utopia um dia vir a tê-la. Uma teoria não deixa de estar na moda, aparece é outra que dá melhores respostas. Cada geração escreve e (re)escreve a História à sua maneira. Há passado quando existem interrogações e o Historiador dá futuro ao passado. A História é sempre uma retrospectiva, porque o presente é sempre passado. O passado não existe, o que existe são traços deixados pela memória. O processo histórico está acima dos homens, pois estes não conseguem intervir verdadeiramente na realidade. 1 passo para trás, 2 passos para a frente. Há que lutar para que as novas gerações (que temos dentro das nossas salas de aula) procurem ter uma consciência política e de cidadania perante a História que virá.